

**HERITAGE  
CONTINUITY**  
AN ETHICAL LINK

VICTOR MESTRE | SOFIA ALEIXO ARQUITECTOS



**vmsa**

arquitectos

victor mestre | sofia aleixo



**ORDEM DOS ARQUITECTOS**  
SECÇÃO REGIONAL DO SUL  
DELEGAÇÃO DE ABRANTES

**HERITAGE  
CONTINUITY**  
AN ETHICAL LINK

VICTOR MESTRE | SOFIA ALEIXO ARQUITECTOS

## AGRADECIMENTOS ACKNOWLEDGMENTS

À Delegação de Abrantes da Ordem dos Arquitectos e ao Município de Abrantes. A todos aqueles que colaboram connosco desde 1991, o nosso agradecimento. Sem equipas pluridisciplinares que partilhem os mesmos valores éticos, clientes empenhados, construtores dedicados e utentes que utilizem e usufruam dos espaços arquitectónicos, o património carece de significado fragilizando a sua continuidade.

To the Delegation of Abrantes of the Architects Order and to the Municipality of Abrantes. To those who collaborate with us since 1991, our thanks. Without multi disciplinary teams that share the same ethical values, committed clients, dedicated builders and users that experience and enjoy the architectural spaces, heritage lacks significance and its continuity can even become endangered.

## BIOGRAFIA BIOGRAPHY

A **Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos** é o atelier de arquitectura de Victor Mestre (1957) e de Sofia Aleixo (1967), em Lisboa desde 1991. A vmsa arquitectos tem desenvolvido diverso tipo de projectos e obras, concluídas ou em curso, de Norte a Sul do País e ainda nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores, em Nagoya (Japão), Remexio (Timor LoroSae), Milão (Itália), Angola, Goa (Índia) e São Tomé e Príncipe. Convidada a participar em projectos pluridisciplinares e sendo consultora na área do património cultural, a investigação, projectos e obras da vmsa arquitectos encontram-se publicados internacionalmente, bem como tem divulgado esse trabalho em diversas conferências, em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Alemanha, México, Brasil, Colômbia, França, Eslovénia, Inglaterra, Marrocos, Índia e Estados Unidos da América).

**Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos** is a partnership led by the Senior Partners Victor Mestre (1957) and Sofia Aleixo (1967). The office was established in 1991, in Lisbon. vmsa architects have designed a wide range of projects and has works built, in Portugal, in the Autonomous Regions of Madeira and Azores, in Nagoya (Japan), Remexio (East Timor), Milan (Italy), Angola, Goa (India) and São Tomé and Príncipe. Invited to participate in multidisciplinary projects and providing conservation consultancy, the office research and architectural design has been published and shared in several conferences in Portugal and abroad (Spain, Germany, Mexico, Brazil, Colombia, France, Slovenia, England, Morocco, India and USA).

### **Victor Mestre** (1957)

Arquitecto (ESBAL, 1981). Mestre em Reabilitação do Património Arquitectónico e Paisagístico, sob orientação do Arqtº. Fernando Távora (Universidade de Évora, 1997). Diploma de Estudos Avançados em Teoria e Prática da Reabilitação Urbana e Arquitectónica, sob orientação de Professor Victor Péres Escolano (Universidade de Sevilha, 2005). Doutorando em Patrimónios de Influência Portuguesa, sob orientação dos Professores Dr. Walter Rossa e Dr. Paulo Varela Gomes (Universidade de Coimbra, desde 2011), bolseiro de doutoramento FCT (desde 2012). Arquitecto da Direcção Regional de Monumentos de Lisboa (1994-2000) e Director do Gabinete de Salvaguarda do Património da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (2000-2003).

### **Victor Mestre** (1957)

Architect (ESBAL, 1981). Master in Architectural and Landscape Heritage Conservation, under the supervision of Arch. Fernando Távora (Évora University, 1997). DEA in Theory and Practice of Architectural and Urban Rehabilitation, under the supervision of Professor Victor Péres Escolano (Sevilla University, 2005). PhD researcher in Heritage of Portuguese Influence, under the supervision of the Professors Dr. Walter Rossa and Dr. Paulo Varela Gomes (Coimbra University, since 2011), FCT doctoral bursary (since 2012).

Architect at Regional Direction of Lisbon Monuments (1994|2000) and Director of the Heritage Safeguard Cabinet (2000|2003) at DGEMN .

### **Sofia Aleixo** (1967)

Arquitecta (FAUTL, 1991). Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (Universidade de Évora, 2007). Doutoranda em Architectural Conservation sob a orientação de Dr. Nicholas Walliman e Dr. Aylin Orbasli (Oxford Brookes University, Oxford, Inglaterra, desde 2009), bolseira de doutoramento FCT (2009-2013).

Docente na Licenciatura em Design (IADE, 1996-2000) e no Mestrado Integrado em Arquitectura (Escola das Artes, Universidade de Évora, desde 2002). Directora do Gabinete Técnico de Belver (Câmara Municipal de Gavião, 1999-2001).

### **Sofia Aleixo** (1967)

Architect (FAUTL, 1991). Pedagogical Aptitude and Scientific Capacity proofs (Évora University, 2007). PhD researcher in Architectural Conservation, under the supervision of Dr Nicholas Walliman and Dr. Aylin Orbasli (Oxford Brookes University, England, since 2009), FCT doctoral bursary (2009-2013).

Teacher in higher education in the Design Course (IADE, 1996-2000), and since 2002 in the Architecture Masters, Design Studios (Arts School, Évora University). Director and Coordinator-Architect of the Technical Local Cabinet in Belver (Gavião Municipality, 1999-2001).

## INVESTIGAÇÃO RESEARCH

Para além da prática de projecto e obra, os arquitectos têm desenvolvido investigação em áreas relacionadas com o património cultural, tendo publicado diversos artigos científicos e de opinião. Desde 1979, Victor Mestre tem desenvolvido inquéritos ao património arquitectónico e vernacular nos territórios Portugueses, ou de influência cultural Portuguesa, nomeadamente nos Açores, Madeira, Cabo Verde, Goa, Damão e Diu, Macau, Timor, São Tomé e Príncipe, entre outros. Desde 2005, Sofia Aleixo investiga métodos de projecto e de implementação em obra, a reabilitação do património cultural, o património arquitectónico da educação e metodologias de investigação.

Beside the architectural practice, research has been carried out by the founder partners. Victor Mestre has been a researcher of Architectural Heritage and Traditional Architecture in Portuguese territories, or under Portuguese cultural influence (since 1979), namely in Azores, Madeira, Cape Verde, Goa, Damão and Diu, Macau, Timor, São Tomé and Príncipe, among others. Sofia Aleixo research interests rely on cultural heritage significance, architectural conservation, architectural heritage of Education and research methodologies (since 2005).

**MONOGRAFIAS**  
**MONOGRAPHS**

[2013]

**Victor Mestre: ao (per)correr**

**(d)a vida | Unveiling life journeys**

Almada, Casa da Cerca - Centro de Arte  
Contemporânea, Câmara Municipal  
de Almada.

[2012]

**Lar do Vale Formoso**

**+ Quarteirão histórico de Santa Cruz**

José Manuel das Neves (ed.), colecção 1+1,  
Lisboa, Uzina Books.

[2011]

**Heritage: Between Time**

**and Movement: Liceu Passos Manuel**

José Manuel das Neves (ed.), Lisboa,  
Uzina Books.

[2004]

**Reabilitação do Tempo |**

**Restoration of Time**

José Manuel das Neves (ed.), Lisboa,  
Caleidoscópico.

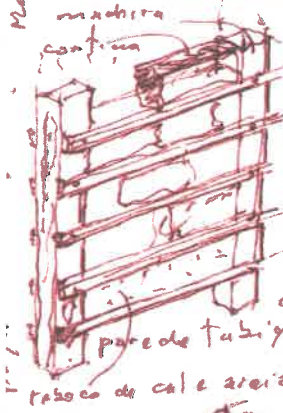




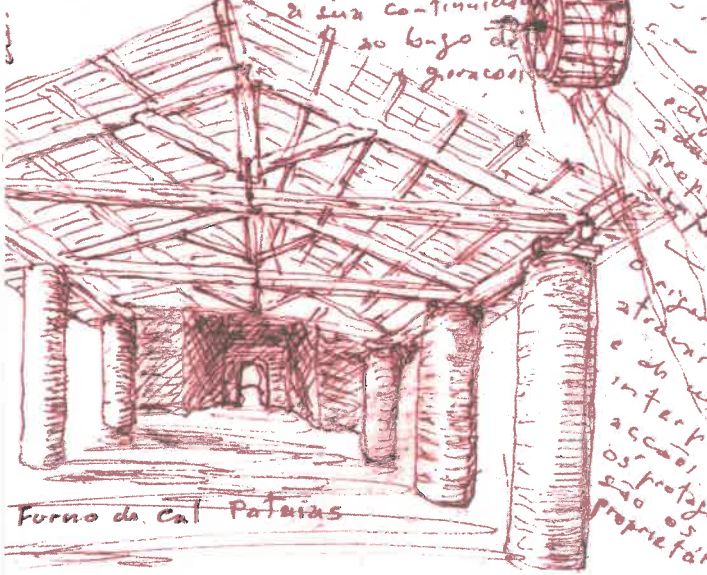
Mosteiro de Alcobaca com parte importante do que terá sido a realidade do sítio

Este edifício terá sido uma unidade industrial de grande relevância no seu tempo. Não só pela dimensão - a) sobriedade e pelo "apuro" arquitectónico b) provavelmente por ter sido inovador no seu aproveitamento tecnológico

As rodas que estavam no sítio do moinho do chique da de cima - moinho 2 - com que se trabalhava



O Museu dos Coutos de Alcobaca é constituído por uma unidade cultural cuja maior expressão é o território onde se acumularam ao longo de séculos as ações do homem em harmonia com a natureza. A geologia, a água, a topografia, o coberto e o descoberto, a sua sustentabilidade e transformação e a sua continuidade ao longo das gerações.



A ação do moinho do chique da de Baixo - os moinhos - serão dos princípios do século XX, contudo é possível que tenha sido utilizado anteriormente para a produção de farinha. Este moinho é uma unidade de produção de farinha que se encontra em Alcobaca. O moinho do chique da de Baixo é uma unidade de produção de farinha que se encontra em Alcobaca. O moinho do chique da de Baixo é uma unidade de produção de farinha que se encontra em Alcobaca.

# HERITAGE CONTINUITY AN ETHICAL LINK

VICTOR MESTRE | SOFIA ALEIXO ARQUITECTOS

LISBOA | SETEMBRO | 2014

“THE INCLUSION OF DOMESTIC  
VERNACULAR ARCHITECTURE  
AND THE AGRARIAN AND  
INDUSTRIAL REVOLUTIONS,  
TOGETHER WITH THE  
EXPLOSION, OF INTEREST  
IN «HISTORY FROM BELOW»,  
THE SPREAD OF LOCAL  
AND FAMILY HISTORY,  
OF PERSONAL MEMORABILIA  
AND THE COLLECTION  
OF ORAL HISTORIES (...) HAVE  
SHIFTED AND DEMOCRATIZED  
OUR CONCEPTION OF VALUE,  
OF WHAT IS AND IS NOT  
WORTH PRESERVING”<sup>1</sup> [P. 7].

O exercício livre da cidadania é a condição maior da Democracia, por ser transversal às condições socio-económicas e socioculturais de cada indivíduo, inserido numa sociedade que tem no espaço público (urbano e rural) a sua maior identidade, virtude de sociabilização comunitária. Aí se revelam as alegrias e as tristezas, o fausto e a decadência e, por vezes de forma silenciosa, as desigualdades, principalmente as dos mais frágeis, as mais gritantes.

A cidadania reconhecida no direito à liberdade, à dignidade humana, à igual oportunidade é a mesma a que o indivíduo está, por imperativo moral, comprometido a cumprir, de acordo com princípios éticos, no seu relacionamento comunitário. Uma sociedade solidária é uma sociedade que reconhece princípios humanistas como factor determinante no seu desenvolvimento, no bem-estar dos cidadãos, não se alienando de realidades sociais desqualificadoras da dignidade humana. A cidadania implica responsabilidade social, ou seja, um indivíduo íntegro e integrado no contexto de que faz parte, é responsável pelo seu envolvimento na sociedade, independentemente do ofício que exerce. Um artesão ou um arquitecto são, acima de tudo, cidadãos, onde o seu exercício profissional se integra e onde os seus vínculos e códigos deontológicos estão sujeitos à maioria do sentido ético gerido pela comunidade.

Octávio Lixa Filgueiras destacou-se entre os seus pares ao abordar esta temática em 1962, na obra *Da Função Social do Arquitecto*. Nesta, o prefácio de Pedro Vieira de Almeida à 2.ª edição, em 1985, destaca-se pela opinião expressa: “O supor ou fingir que se supõe, que os problemas da função e da responsabilidade social do arquitecto se deixaram de colocar por imperativos de uma tomada de consciência arquitectónica da arquitectura, constitui apenas um recurso oportunista de circunstância, a que nem sequer a relativa generalidade de atitude, dá qualquer crédito”<sup>2</sup> [P.2].

Esta tentativa, que nos últimos anos se tem procurado afirmar por via implícita, sem qualquer discussão pública concreta, plural, procura justificar uma aparente inevitabilidade que separa a responsabilidade social e o exercício de projectar arquitectura. Esta clamorosa realidade deve-se, em parte, à praticamente inexistente crítica relacionada com a actividade dos arquitectos no seio da sociedade, do ensino à prática profissional, substituída por uma escrita jornalística de divulgação exclusiva da obra enquanto espécime icónico no plano artístico e, na maioria dos casos, no exclusivo plano individual do arquitecto. Salvaguarde-se a crítica académica que, de forma abrangente ou referencial, aborda este tema.

Contudo, tais trabalhos de investigação não têm sido abordados em debate público. Recorde-se que, já em 1985, Pedro Vieira de Almeida reconhecia esta realidade: “Ora a responsabilidade social, permanece um problema incómodo. Sempre o foi, mas particularmente ainda mais presente o desconforto a que dá origem, agora que atravessamos uma época em que alguns sectores dela se propõem matreiramente libertos, para uma prática metódica da irresponsabilidade, assumida como força libertadora e criativamente seminal”<sup>3</sup> [P. 2].

Parecia-nos uma crítica acutilante na época, ainda sob os efeitos do pós-modernismo e numa inevitável reacção ao mesmo. No entanto, passados trinta anos, a questão volta a colocar-se com redobrada sensibilidade em face da mudança modernizadora que o país acolheu com a integração no espaço europeu e sobretudo pelo inusitado estatuto exclusivo de “Bela-Arte” massivamente atribuído à arquitectura no espaço mediático. A imagem da arquitectura estrategicamente mediaticizada e, principalmente, a ausência de um observatório clarificador dos espectáveis benefícios para a sociedade deveriam ser avaliadas numa alargada discussão pública. A esta realidade, não será alheia a multiplicação de cursos de arquitectura, cujos métodos e objectivos actuais, muito centrados na arquitectura da imagem e do conceito, são reconhecidos por Juhani Pallasmaa: “The current over-emphasis on the intellectual and conceptual dimensions of architecture further contributes to a disappearance of the physical, sensual and embodied essence of architecture”<sup>4</sup> [P. 29].

O centro nevrálgico desta questão estará, na actualidade, no compromisso do arquitecto perante o desígnio do acto de projectar. Diríamos que, para benefício do seu semelhante e da comunidade, deverá praticar o bem, com elevado sentido de harmonia, onde a função e expressão se agregam pela ética e pela estética numa única entidade abstracta, não estática e/ou finita. O arquitecto é um criador de espaços, de formas suportadas por materiais e tecnologias do seu conhecimento sustentado por um desígnio de bem-fazer, uma deontologia profissional que procura proporcionar segurança e bem-estar, estético e físico, num enquadramento societário. Nesta circunstância, consideramos não ser dissociável a ética profissional da pessoal nos actos profissionais. Assim, a cidadania é a primeira condição de qualquer arquitecto e, nesse sentido, Pedro Vieira de Almeida salienta uma evolução: “... alguma coisa mudou: já não se trata, como ainda era possível supor na primeira metade do século, de uma ética de alguma maneira exterior, aditiva à linguagem arquitectónica, mas sim, de uma ética interna, estrutural, desde logo implicada na própria linguagem e com ela coincidente”<sup>5</sup> [P. 3]. Ou seja, considera que a identidade arquitectónica é resultado de um todo único, ideia que reforça referindo-se a Lixa Filgueiras: “Por isso que da mesma maneira que não há uma forma arquitectónica que recubra um esquema funcional com ele conexo mas aditivo, também não há uma forma arquitectónica e um valor ético que lhe seja exterior e aditivo; ambos se fundem; isto é: a Torre de Babel que Filgueiras cita, não é expressão do orgulho, ela é o orgulho”<sup>6</sup> [P. 3].

O pensamento acutilante de Lixa Filgueiras sobre o homem no seu meio e no seu estádio civilizacional, nas suas perpétuas contradições que geram, por sua vez, novas contradições, cuja força se revela na discussão, no confronto plural, no espaço público, revela-se de extrema actualidade em face de um inusitado esvaziamento do sentido ético do exercício do arquitecto perante a sociedade e um crescente unilateralismo conceptual. A diversidade associada ao livre pensamento e ao conhecimento científico é parte significativa da liberdade de expressão, da diversidade de opinião, de percursos que se cruzam e complementam ou correm paralelos e em harmoniosa diferença. É ainda reflexo de um tempo em constante movimento: “Há sempre um nascer de novo porque o tempo não persiste igual; como os valores sociais contidos na sua obra não compreendem unicamente um factor estético, restrito a um objecto que se vê, mas a um todo que nos envolve, e envolve todos os nossos gestos e actos, criando o grande palco da vida, o mundo de amanhã, para o arquitecto, é sempre um mundo novo. (...) As forças que põe em jogo imprimem nova responsabilidade a essa espécie de magistério subtil que só um justo discernir evita que se transforme em malfazer. E humildade, e amor, e todas as qualidades necessárias a quem abraça um honrado mester, cujas raízes vão beber no próprio seio da vida”<sup>7</sup> [P. 106].

Persistimos em acreditar que estes valores são fundamentais para a prática profissional do exercício de arquitectura, por isso a Função Social do Arquitecto não é descartável, por muito que nos queiram fazer acreditar que esta está descontinuada no contexto da sociedade liberal, onde paradoxalmente se codificou aceitar as “desigualdades democráticas” em alternativa às “igualdades totalitárias” colapsadas com a queda do muro de Berlim. No entanto, simultaneamente estreitam-se as opções tidas como as ideais, exclusivas, elitistas decorrentes de um pensamento único e desligado das realidades sociais e respectivas diversidades. O que aqui estamos a discutir, apoiados na reflexão de Lixa Filgueiras, é o sentido ético do cidadão e, por inerência, do arquitecto, até porque facilmente se reconhece que o homem é avesso ao conformismo e à estupidificante normalização da vida onde grupos sociais encontram os seus múltiplos interesses. O que defendemos é a responsabilidade social do arquitecto que, gozando de plena liberdade e no exercício das suas funções, atende solidariamente às desigualdades sociais, através de uma arquitectura justa, sincera e plural. Curiosamente, no mesmo ano, Fernando Távora analisou e contextualizou esta realidade, com especial destaque para o habitat, observando: “... não pode ignorar-se o significado que a casa desempenha na vida de cada família e, consequentemente, na vida do país. Que há a esperar de um homem mal alojado, vivendo numa habitação que tudo lhe nega, desde a tranquilidade à higiene?” [P. 76].

A melhoria das condições de vida dos cidadãos no contexto da sociedade resulta do exercício de políticas harmonizadoras que, conhecedoras da realidade no terreno, procuram reduzir as desigualdades sociais, principalmente dos grupos e/ou indivíduos que, por diferente motivos, se encontram fragilizados. Uma sociedade solidária assente em princípios humanistas, em sintonia com direitos fundamentais como a liberdade, igual oportunidade e deveres de cidadania numa aliança de reciprocidade, é a fundação sólida de uma identidade sociocultural. A grande mudança de paradigma será, no tempo actual, a discussão pública desta estratégia, de forma transparente, ampliando o espaço democrático de participação, colhendo contributos específicos que adequam os propósitos anunciados.

As organizações de base, grupos espontâneos de cidadãos, contributos individuais, que se movimentam no espaço público, livre de manipulações diversas, dos *media*, das organizações agenciais ligadas ao mundo financeiro, são sinais maiores da progressão e aperfeiçoamento da democracia. Mesmo as organizações corporativas devem procurar o espaço público como forma de melhor compreender a realidade socioeconómica e sociocultural para melhor se posicionarem no sentido de demonstração da sua justa integração no tecido social, cultural, político, da sua validade e proporcionalidade entre outros saberes e valências de interesse público.

Os arquitectos, como outros profissionais, antes de o serem individualmente e/ou integrados numa organização profissional, ou enquanto funcionários públicos, são sempre, em primeiro lugar, cidadãos. A cidadania, o comportamento e o comprometimento cívico são parte indissociável do exercício profissional. O código deontológico a que estão vinculados pela organização corporativa é um complemento das boas práticas de cidadania a que qualquer cidadão está intrinsecamente vinculado. Por isso tem o trabalho do arquitecto, nas últimas décadas, merecido amplo reconhecimento na sociedade, ainda que não de uma forma totalmente transversal, ou seja, a sua acção de bem-fazer no sentido da redução das desigualdades sociais, está ainda por se cumprir. Será longo esse percurso e reconhecemos o imenso trabalho realizado nos anos imediatos à instalação da Democracia, patente em acções de grande envergadura física e dinâmica social como foram as operações SAAL, a acção dos GAT, das Cooperativas e outras iniciativas de pequena dimensão e idêntico objectivo. Contudo, na actualidade, a acção dos arquitectos tem-se focado no projecto e na construção de equipamentos públicos, e de alguns privados, reduzindo significativamente as acções directas na habitação pública que passou a ser área de iniciativa privada, criando mega-subúrbios a que alguns procuram, através de palavras de oportunidade, reduzir os impactos negativos ao denominá-los ‘áreas metropolitanas’.

A atracção parece agora recair sobre as cidades históricas e/ou os centros históricos. Em alguns casos, lugares desertificados de habitantes e repletos de turistas, onde renasce em confronto directo duas realidades, duas visões político-económicas: a reintegração e regeneração social numa componente contextualizada e articulada, praticamente inexistente, e uma outra camuflada de pragmatismo moderno cuja dinâmica não difere da que assenta em fundos imobiliários especulativos. Tendencialmente elitistas, estes fundos movimentam-se sem qualquer ligação às populações e tradições locais e, subtilmente, adoptam diferentes designações, partilhando, no entanto, os mesmos objectivos. Estamos, assim, perante a possibilidade de assistirmos à artificialização dos bairros antigos e à vitrinização dos seus habitantes, onde apenas o exótico, sempre inventado, prevalece. Esta realidade leva-nos a questionar as políticas implementadas e o papel dos arquitectos nas mesmas.

Se, nos anos 70/80 do século XX, se impuseram regulamentos blindados de exclusivo interesse na defesa da materialidade e se esqueceu o bem comum dos seus habitantes, partindo do princípio que a normalização patrimonial era a solução, actualmente assistimos ao seu subtil e aberto desmonte com a extinção e/ou a redução a níveis de inoperacionalidade de organismos do Estado como a DGEMN e/ou o IGESPAR. Tal mudança deve-se em parte à promiscuidade entre público e interesses privados, geridos por via da pressão económica de grupos financeiros que mais não são do que as mesmas forças da camuflagem dinâmica de pragmatismo moderno. A não-discussão pública desta realidade terá no futuro repercussões negativas, porquanto não será colocando o problema nas mãos de “arquitectos providenciais” que se resolverá o problema, apenas se apresentarem ilhas de aparente sucesso, e só o futuro confirmará uma das duas possibilidades: ter corrido bem ou ter corrido mal. E, nestes casos, os cidadãos implicados são, aparentemente, meras cobaias de acções públicas ou declaradamente privadas, preparadas em gabinete, sem escrutínio dos interessados, em particular, e da sociedade, em geral.

Ora, o experimentalismo num tecido urbano é no mínimo questionável, tal como o foi o excesso de zelo de alguns bem-intencionados actores que desenharam regulamentos onde o interesse das pessoas foi secundarizado e cuja implementação no terreno nunca foi reavaliada e reajustada no interesse dos cidadãos. A cidade é um todo e não um conjunto de bairros e/ou zonamentos especializados, desligados entre si e dos contextos envolventes. Uma cidade, antes de mais nada, são pessoas com idênticas necessidades e expectativas, vivam elas no centro histórico ou num incaracterístico subúrbio dessa cidade. Por isso nos parece desconcertante a forma como se continua a pensar a(s) cidade(s) que, ao procurarem as suas especificidades distintivas, numa crescente esperança da chegada do turismo milagroso enquanto exclusivo motor económico, se assiste a uma segregação social que provoca desequilíbrios na comunidade e, por consequência, acentua certas discontinuidades na forma como nos apropriamos da(s) cidade(s).

A reabilitação de edifícios não se desliga da regeneração social, começando pelos próprios cidadãos que mantêm e dão continuidade à unidade de vizinhança e, portanto, aí devem permanecer. A solidariedade que existe nestes lugares resulta precisamente de os vizinhos serem uma continuidade natural da família. Daí a importância da permanência das famílias e não o seu realojamento fora do seu lugar de integração social para libertar prédios através de engenharias financeiras onde os habitantes não contam na denominada 'reabilitação por rejuvenescimento populacional', trazendo para o centro novas realidades sociais. Esta prática só funciona correctamente evitando o desalojamento e integrando novos vizinhos em interacção solidária, em razoável proporcionalidade e em acordo com ambas as partes. E é nestas ocasiões que se espera um papel crucial das políticas governamentais e autárquicas de sociabilização, através da sua discussão em espaço público.

A própria acção de reabilitação de edifícios e/ou conjunto de edifícios devolutos, ou parcialmente devolutos, deverá ter por base programas funcionais que contemplem a diversidade de agregados familiares contemporâneos, a protecção da permanência dos ancestrais moradores e proporcionar condições para que os seus herdeiros possam igualmente ter condições económicas para poderem permanecer e assim se manterem os laços culturais que são parte da identidade colectiva do lugar. Essa é uma característica determinante do que genuinamente constitui esse lugar da cidade, ao invés da folclorização trazida do exterior para exibir um pretenso e absurdo tipicismo.

Desafortunadamente, na actualidade constatamos essa realidade no terreno por parte de agentes de promoção turística: é comum que os novos moradores, envolvidos em comércio incaracterístico de produtos turistificados, procurem fazer parte do cenário, como se a vida quotidiana fosse um negócio. Por outro lado, paradoxalmente, as intervenções nos edifícios desses lugares que se pretendem conservar/restaurar/regenerar, na maioria dos casos por força de regulamentos, embora reactivos à mudança, abraçam a descaracterização através da indução do pastiche e da tematização mediática das "casas típicas" dos locais em processo de Disneylandização para consumo do turismo industrial.

A regeneração do tecido social, onde os que estão permanecem e os que se propõe instalar vindos de fora devem ser acolhidos em harmonização integradora no plano sociocultural, deve ser apoiada por políticas sociais. Um aturado trabalho prévio da responsabilidade de sociólogos, assistentes sociais e psicólogos deve ser considerado como fundamental, articulado com historiadores, arqueólogos e arquitectos. Por sua vez, estas equipas multidisciplinares, que elaboram inquéritos e documentos de reconhecimento da realidade no terreno, salientando os aspectos de risco e por vezes propondo potenciais soluções, são parte de uma equipa mais alargada cuja liderança tem claramente uma componente político-económica, numa macroescala territorial coesa com claros pressupostos sociais a médio/longo prazo.

A macroescala permite a visão global e a hierarquização das prioridades em face das realidades no terreno, evitando assim as intervenções extemporâneas, muitas delas resultantes de pressões exteriores aos interesses directos das comunidades, dos bairros e até de escalas mais reduzidas, como a instalação de pequenos comércios e/ou indústrias. O que manifestamente pretendemos evidenciar é a necessidade de se explicitarem as políticas em questão no espaço público, para respectiva discussão aberta e plural, as intervenções planeadas e as respectivas razões da sua necessidade no âmbito de uma escala de prioridades.

Deste modo, entende-se que a reabilitação das cidades, dos bairros históricos ou de zonas e edifícios de interesse público deverá ser antecedida por um estudo/plano de intervenção elaborado por equipas pluridisciplinares em permanente esclarecimento e partilha directa com os cidadãos das respectivas áreas em observação, para deles beneficiar no sentido de serem as suas necessidades e o seu sentir integrados nos projectos, e não a exclusiva vontade técnica/cultural dos técnicos que elaborem os projectos.

Consideramos ser este um caminho a percorrer, com todos os escolhos que sabemos ter, nomeadamente a dificuldade de comunicar, de como se poderão melhorar determinados aspectos de ordem técnica e estética. Estamos conscientes das diversas dificuldades, desde os destinatários revelarem rigidez e resistência ao diálogo, à resistência atávica dos técnicos em se aproximarem das reais necessidades e valores dos seus interlocutores, na maioria dos casos em virtude de uma inexplicável arrogância técnica e presunção cultural. Reconhecendo as dificuldades no terreno, que nunca são idênticas na causa, na intensidade e no resultado, consideramos possível o aperfeiçoamento, quer na abordagem, quer na forma de garantir uma progressiva interacção.



As nossas experiências são diversas e intensas, sobretudo na área da investigação, realizada em diversos contextos, de que se destacam os territórios nacional e de influência portuguesa, na área da arquitectura tradicional e no estudo da arquitectura vernacular. Mas também na conservação e regeneração desse e de outro património, cuja metodologia de abordagem se inicia com uma incontornável aproximação às comunidades e às pessoas, directa ou indirectamente relacionadas com esses lugares, com essas identidades socioculturais. Tal relação terá significativa influência no êxito dessas acções, reduzindo assim a margem de erro em termos de objectivos/benefícios, pelo seu envolvimento.

Os projectos de conservação, restauro e/ou regeneração de edifícios, objectos, espaços públicos têm assim, para nós, uma inerente componente sociocultural que, inevitavelmente, passa pelo relacionamento directo com os que com eles estabeleceram ao longo do tempo uma ligação no plano do uso, do benefício directo, ou apenas só de memória directa ou difusa, em articulação com os respectivos donos de obra, que podem ou não ser coincidentes. Os exemplos que seleccionamos para esta exposição, apesar de díspares no contexto e na função, integram-se neste espírito de inter-relacionamento. Alguns beneficiaram mais dessa proximidade do que outros, por ter sido possível um maior e mais profícuo diálogo com os seus utilizadores directos, ou por uma maior proximidade da comunidade envolvente, enquanto, numa maioria de casos, tal ensejo não se concretizou. Tal facto ocorre por diferentes contextos e desactivação dos próprios imóveis, ficando estes num limbo de esquecimento.

Existem, contudo, edifícios que aqui apresentamos onde apenas sobra o silêncio, vazios de gente, longe ou desligados da comunidade, onde o que procuramos restabelecer foi a sua serena reapropriação, considerando o que daqueles espaços ainda nos foi possível escutar, como é o caso dos conventos em ruínas, localizados na encosta norte de Setúbal, e em particular o Convento dos Capuchos (2010|2013) cuja intervenção apenas procura estabilizar a ruína, construindo uma ideia de “estaleiro de construção em progresso”, como se o edifício tivesse regressado à sua fase de construção. Idêntico será o caso da Igreja do Espírito Santo, em Moura (2007|2013), cuja intervenção se resume a repor o esplendor visual dos frescos ocultos por camadas de cal durante décadas e o espaço religioso entretanto transformado em oficina. Esta intervenção resulta sobretudo da devolução do espaço religioso à comunidade de vizinhos que, com a autarquia, irá gerir este seu espaço sociocultural.

Distinguimos ainda, entre outros, o paradigmático Museu dos Coutos de Alcobaca (2002|2011), iniciativa que agregou uma equipa pluridisciplinar com o principal objectivo de propor a regeneração económica de escala familiar por via da reactivação de actividades ligadas às actividades rurais, em que se procura articular o território – veredas, levadas, parcelas produtivas, baldios e paisagem diversificada – e os edifícios de apoio – moinhos, fornos de cal, adegas, etc. A participação directa dos habitantes e/ou proprietários neste projecto constitui o motor da iniciativa e a sua inclusão, o garante da eficácia da estratégia implementada no terreno<sup>10</sup>.

Um outro exemplo de interacção com a comunidade local em todas as fases do processo localiza-se nos arrabaldes da vila histórica de Belver, em Gavião. Esta acção, que levou à reabilitação de um caminho rural de acesso à Fonte Velha (2000|2004), só foi possível pela partilha das memórias dos seus ancestrais utilizadores, enquanto local de sociabilização de praticamente toda a comunidade, e o seu directo envolvimento na proposta. Este caminho, durante séculos, escoou a vida de gerações que dele se serviam para aceder às suas plataformas agrícolas, dependuradas sobre o majestoso rio Tejo apertado entre margens agrestes. Os habitantes continuaram a (re)apropriação deste caminho anteriormente abandonado como algo de relevante no seu quotidiano, sendo agora os seus fiéis protectores e intérpretes.

O rio Tejo, outra ancestral via de comunicação que atravessa diversos concelhos, apesar de interrompida pontualmente por barragens, continua a ser uma grande via navegável que une as populações ribeirinhas numa paisagem onde o homem sabiamente se acomodou. “Neste contexto, sonhamos o Museu do Rio. Parte em terra, parte em barçaça flutuante. Em terra um pequeno apontamento arquitectónico, como um despojado estaleiro de barcos ‘vulgo construção’ de pranchas de madeira. Na água, uma ‘barçaça arquitectónica’, lembrando os ensinamentos de Aldo Rossi e o seu Teatro del Mondo. A barçaça-museu passearia os visitantes que aportariam em outros lugares, numa dinâmica intermunicipal, incluindo o Tejo internacional”<sup>11</sup> [P. 11].

De outros territórios e de outras culturas, referimos a experiência em Goa (projecto 2008), onde uma comunidade cristã de Cunchelim, em Bardez, a braços com o espaço diminuto da sua ancestral igreja em face do crescimento significativo dos seus paroquianos, se propunha demolir o seu templo para, no seu lugar, construir outro maior. Em diálogo aberto com a comunidade, sugerimos a manutenção do templo antigo e a construção de uma nova igreja lateralmente, mostrando e discutindo publicamente a proposta, acolhendo sugestões de diversa natureza<sup>12</sup>, não tendo a boa receptividade da comunidade sido suficiente para que o projecto tenha sido, até ao momento, construído.

Finalmente, uma referência às intervenções em património escolar. Os restauros, renovações e ampliações do Liceu Passos Manuel, em Lisboa (2007|2010), e da Escola Secundária da Quinta do Marquês, em Oeiras (2009|2012...) são exemplos distintos das intervenções anteriores, e ainda entre si. Desde logo, a sua especificidade, dimensão e inevitável tempo histórico e estético: o Liceu Passos Manuel, edifício classificado, de elevado valor patrimonial, material e imaterial, pela memória colectiva de 100 anos de sucessivas gerações aí formadas, e a Escola Secundária da Quinta do Marquês, um edifício pavilhonar desqualificado, inaugurado em 1993. Apesar das diferenças, e embora as abordagens éticas tenham sido semelhantes, foram obtidos resultados distintos. Enquanto no primeiro se restaurou e se edificou exteriormente os novos usos, no segundo recharacterizou-se e unificou-se o preexistente com o proposto. Em ambas as situações, instituiu-se uma ampla discussão pública sobre as opções seguidas, integraram-se as sugestões apresentadas e deixou-se explícita a ética de intervenção, com o sentido claro do interesse das respectivas comunidades escolares, como seria expectável suceder.

Os pressupostos da maioria das intervenções que apresentamos nesta exposição em espaço público, para diálogo e crítica, beneficiaram enquanto referencial das cartas do património internacionalmente reconhecidas e dos exemplos reveladores de boas práticas. Estão no entanto, e sobretudo, alicerçadas numa dimensão social em termos de abordagem e objectivo, indispensável para que se cumpra o propósito de benefício comunitário através de uma explícita ética de intervenção no plano sociocultural. Estas obras procuram assim uma continuidade patrimonial de lugares criados pelos nossos antepassados e agora herdados, cuja ligação actual com o futuro requer uma posição ética, social e cultural que entenda os significados destes lugares de memória e de uso.

## NOTAS

- 1** HALL, STUART (1999), UN-SETTLING 'THE HERITAGE', RE-IMAGINING THE POST-NATIONWHOSE HERITAGE?, IN *THIRD TEXT*, VOL. 13, N. 49, PP. 3-13.
- 2** ALMEIDA, PEDRO VIEIRA DE (1985) PREFÁCIO IN OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS, *DA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO*, 2.ªED., PORTO: EDIÇÕES DO CURSO DE ARQUITECTURA DA ESBAP, PP. 1-5.
- 3** IDEM 2.
- 4** PALLASMAA, JUHANI (2006), AN ARCHITECTURE OF THE SEVEN SENSES, IN *QUESTIONS OF PERCEPTION - PHENOMENOLOGY OF ARCHITECTURE*. A+U PUBLISHING: JAPAN, PP. 27-37.
- 5** ALMEIDA, PEDRO VIEIRA DE (1985) PREFÁCIO IN OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS, *DA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO*, 2.ªED., PORTO: EDIÇÕES DO CURSO DE ARQUITECTURA DA ESBAP, PP. 1-5.
- 6** IDEM 5.
- 7** FILGUEIRAS, OCTÁVIO LIXA (1962), *DA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO*. PORTO: EDIÇÕES DO CURSO DE ARQUITECTURA DA ESBAP.
- 8** TÁVORA, FERNANDO (1962), *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*. PORTO: EDIÇÕES DO CURSO DE ARQUITECTURA DA ESBAP.
- 9** MASSAD, FREDDY; YESTE, ALICIA GUERRERO (2014), A ARQUITECTURA SOCIAL NA ERA DO ESPECTÁCULO, IN *ARQUITECTURA SOCIAL: TRÊS OLHARES CRÍTICOS*, N.º 1. LISBOA: CCB, PP. 37-62.
- 10** EQUIPA DO MUSEU DOS COUTOS DE ALCOBAÇA: PELA COMISSÃO INSTALADORA, MARIA OLÍMPIA LAMEIRAS DE FIGUEIREDO CAMPAGNOLO, JOÃO FILIPE OLIVA MONTEIRO, CARLOS MENDONÇA DA SILVA, ALBERTO GUERREIRO. COM BENJAMIM ENES PEREIRA, VICTOR MESTRE, FERNANDO PESSOA, JORGE BARROS, JOSÉ LUÍS CORDEIRO E NELSON QUICO.
- 11** MESTRE, VICTOR; ALEIXO, SOFIA (2014), O TERRITÓRIO DO MEIO, IN *PAPELPAREDE*, N.º12. ABRANTES: ORDEM DOS ARQUITECTOS DELEGAÇÃO DE ABRANTES; P.11.
- 12** ACÇÃO LIDERADA POR PAULO VARELA GOMES, SECRETÁRIO DA FUNDAÇÃO ORIENTE EM GOA, EM 2008.



